

ACOLHIMENTO, ACESSIBILIDADE E MUSEUS INCLUSIVOS: INTERSECÇÃO DE CONCEITOS PARA UMA AÇÃO DE INCLUSÃO CULTURAL

CARLA SERPA COSTA¹; CECILIA RECHLINSKI PINTO²; DESIRÉE NOBRE SALASAR³; LARISSA DALL' AGNOL DA SILVA⁴; FRANCISCA FERREIRA MICHELON⁵

¹*Universidade Federal de Pelotas – carlinhaserpac@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – ceciliarechlinskip@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – dedah.nobres@gmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas - larissadallagnolto@gmail.com*

⁵*Universidade Federal de Pelotas – fmichelon.ufpel@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho discute a intersecção de três conceitos, situados em campos de conhecimento diversos, para observar os resultados de uma ação desenvolvida no programa de extensão “O Museu do Conhecimento para Todos: inclusão cultural para pessoas com deficiência”, contemplado com recursos em dois editais Proext-MEC (2012 e 2015). Este Programa envolve recursos humanos e materiais de sete cursos de Bacharelado (Arquitetura e Urbanismo, Museologia, Conservação e Restauro, Terapia Ocupacional, Cinema, Design Gráfico e Design Digital) e de dois programas de pós-graduação (de Arquitetura e Urbanismo e de Memória Social e Patrimônio Cultural), todos da Universidade Federal de Pelotas e tem na Escola Louis Braille e no Centro de Reabilitação Visual, ambos desta cidade, os parceiros na sua formulação, na proposição de metodologias e na avaliação dos resultados. A ação que constituiu a empíria apresentada neste texto foi uma exposição objetivada à recepção de pessoas com deficiência visual, na qual houve uma visita com um grupo de 18 pessoas atendidas pelo Centro de Reabilitação e pela Escola. Na exposição observam-se os resultados da metodologia transversal e interdisciplinar como meio para obter soluções de recepção, comunicação e mediação em espaços museológicos, qualificando-os, deste modo, como inclusivos. Ao final da visita, estes foram avaliados pelo público alvo. O questionário empregado nesta avaliação buscou verificar a qualidade dos recursos de acessibilidade disponíveis neste ambiente e o seu potencial facilitador do acesso ao conteúdo da exposição. Utilizando-se parte dos dados levantados e remetendo-se aos conceitos já citados, foi possível aferir aspectos de recepção e o papel do terapeuta ocupacional neste processo. Buscou-se, sobretudo, refletir a respeito deste campo aberto que é o da inclusão cultural.

2. METODOLOGIA

Os três conceitos interseccionados neste estudo apresentam-se, com significados diferentes, em mais de uma área do conhecimento. Sobre o acolhimento, elegeu-se a área da saúde na qual se encontra a Terapia Ocupacional. Adota-se o entendimento apresentado na Política Nacional de Humanização que assim o define: “Acolher é reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde. O acolhimento deve comparecer e sustentar a relação entre equipes/serviços e usuários/ populações.” (BRASIL PNH, 2013, p.7). O acolhimento é resultado de um processo - ainda conforme o entendimento desta política - no qual todos os atores precisam convergir para viabilizar um novo formato de recepção do usuário que implica em resolutividade

diante das necessidades do outro. Por esta razão, Franco e Merhy (2013) advogam o acolhimento como um vetor de universalização da assistência. A acessibilidade também é primeiramente um conceito de direitos humanos, no entanto, empregada em um campo de aplicabilidades muito amplo no qual o conceito de deficiência também está implicado. Ora, a definição de deficiência exposta nas Leis 8.112/90 e 8.213/91 define a pessoa com deficiência como sendo aquela que "apresenta, em caráter permanente" fatores, perdas ou anormalidades que a impossibilitam de desempenhar as atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano". É compromisso da acessibilidade gerar um ambiente com maior ou menor grau de inclusão. Sabe-se que este fato reflete uma situação educacional, sobretudo quando a deficiência é sensorial. No que tange ao museu inclusivo, o conteúdo do Estatuto dos Museus esclarece, no Artigo 2º como um dos princípios fundamentais dos museus, "a valorização da dignidade humana; a promoção da cidadania; a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural". Observa-se, claramente, que nesta trama de interesses e intersecções o museu é uma instituição que busca se profissionalizar, inclusive no quesito acessibilidade, transpondo o conceito de deficiência como impedimento para o indivíduo socializar plenamente, para o conceito de deficiência como diferença a ser incorporada pelo ambiente. Sabe-se que o vetor inclusive mais eficiente é a integração entre as pessoas. A acessibilidade no museu é um fato de integração. Chega-se, então, à intersecção dos conceitos: o acolhimento é um fator importante de acessibilidade, que pode responder pelo caráter inclusivo do museu.

A forma como o acolhimento foi traduzido para a prática de recepção do grupo na exposição acima referida consistiu no método pelo qual os membros da equipe se organizaram, assumiram as tarefas e as desempenharam. O grupo recebido era formado por pessoas em tratamento de reabilitação visual com idade variável entre 12 e 77 anos e acompanhantes. Cinco dos visitantes com deficiência visual tinham outra deficiência associada (cognitiva e/ou motora). A visita durou quatro horas, incluindo o deslocamento de saída e de retorno à Escola. A equipe que recebeu os visitantes era formada por duas professoras e onze estudantes dos cursos já citados. Houve o suporte da assistente social do Centro de Reabilitação, que é colaboradora do Projeto, e duas estagiárias.

O trajeto da visita foi acompanhado pela equipe, e cada visitante recebeu atenção de um ou mais alunos e professores. A recepção incluiu a apresentação verbal de todos, e a visita foi mediada para cada três visitantes por uma mediadora. Os acompanhantes também realizavam a visita. Ao final, a mesma mediadora e outros colegas realizavam a entrevista. Foram realizadas 13 entrevistas, além dos depoimentos dos acompanhantes que foram gravados. As perguntas dirigiram-se à recepção e aos recursos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista estruturada foi dividida em dois grupos de perguntas que buscaram avaliar os recursos aplicados e a recepção. Nesta discussão, levou-se em consideração as respostas do segundo grupo. De acordo com as avaliações, todos destacaram a recepção como sendo o elemento mais forte da visita. O contato humano, a disposição para receber, perguntar e escutar, dos membros da equipe foi traduzida como hospitalidade e simpatia. Havia, entre os visitantes, pessoas que conheciam o prédio visitado quando ainda era um frigorífico, no entanto, afirmaram que o sentiam de modo diverso após a visita e que a história do lugar e da cidade conferiam significados novos ao conhecimento anterior. Este

depomimento ocupou especial atenção da equipe, porque, ainda segundo as informações obtidas, todos os visitantes registraram ser esta a primeira visita a uma exposição acessível. Entendido o que vinha a ser acessibilidade cultural, todos reconheceram a precariedade do fato em Pelotas, uma vez que a preocupação das instituições ainda se restringe “na colocação de uma rampa de acesso”. Em duas perguntas, a resposta foi unânime e favorável: quanto à recepção e ao retorno. Quando solicitados a falar do resultado da visita, dez visitantes ressaltaram o valor da história que estavam conhecendo. Quando indagados sobre o tempo da visitação, uma pessoa o considerou muito extenso e duas prefeririam que a visita à exposição fosse mais rápida. Estas três pessoas possuem algum grau de visão.

4. CONCLUSÕES

Houve, antes desta visita, outras nas quais se recebeu uma ou duas pessoas juntas com deficiência visual. Observa-se, mediante comparação, que as visitas em grupo são mais produtivas para a avaliação porque permitem que se possa comparar opiniões sobre fatores iguais. No entanto, um grupo numeroso demanda um atendimento mais lento e uma observação mais cuidadosa, em especial quando os visitantes apresentam diferentes necessidades. Entendeu-se que o fator que tornou este evento exitoso foi, sobre todos os demais, a recepção, reiterando que o tripé acolhimento-acessibilidade-inclusão é, na verdade, um processo sequencial que ocorre nesta ordem. Entendeu-se, com base nesta experiência, que o acolhimento não é um rol de procedimentos, mas uma postura e que não é conhecimento específico de alguma área, mas opção por uma forma de trabalho. O acolhimento implica na intencionalidade das ações como resposta à necessidade do outro, portanto, não se trata de uma técnica ou de um conjunto de técnicas e pode, mesmo, ser de difícil prescrição caso venha a ser tratado como um método. No entanto, foi possível observar que o acordo tácito entre os membros da equipe em organizar o processo de trabalho com vistas a uma recepção resolutiva e atenciosa igualou a postura de todos. Neste caso e como decorrência da avaliação feita, comprehende-se que o acolhimento é um meio de acessibilidade e evita-se nomeá-lo como um recurso para não o confundir com os demais recursos usados, decorrentes da aplicação de técnicas e de conjuntos de conhecimentos (como, por exemplo, exigem a produção das maquetes ou das audiodescrições). O acolhimento assim compreendido, como elemento de acessibilidade, dá sentido a meta de inclusão porque, sobretudo, confere operacionalidade à gestão do cuidado do modo como a essa se refere a Política Nacional de Humanização. E tal como enuncia este documento:

Humanizar se traduz, então, como inclusão das diferenças nos processos de gestão e de cuidado. Tais mudanças são construídas não por uma pessoa ou grupo isolado, mas de forma coletiva e compartilhada. Incluir para estimular a produção de novos modos de cuidar e novas formas de organizar o trabalho. (BRASIL PNH, 2013, p.4)

Deste modo, na continuidade do Programa ao qual se vincula esta ação, verifica-se que o pressuposto do museu inclusivo é o vetor humano. Conseguir receber públicos que apresentem deficiências sensoriais, intelectuais e motoras é, sobretudo, dedicar-se ao aprimoramento da recepção, buscando humanizá-la. O

museu, como instituição, pode escolher este caminho e não haverá objeções se for uma decisão coletiva. Advoga-se, no caso específico desta proposta, que este caminho é praticamente inalienável do objetivo maior do Programa, tanto mais por estar sendo desenvolvido em uma universidade pública. Entende-se, também, que as finalidades da instituição universitária estão progressivamente se afirmado, por força das políticas nacionais e por interesse dos grupos de trabalho que se inserem com maior clareza na política nacional de extensão, tal como se expressa no texto dos objetivos no que se refere a "possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País", bem como "priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição da renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho" (FORPROEX, 2012). Será, assim, que O Museu do Conhecimento para Todos, comprehende que a inclusão, como resultado de um processo multifactorial, não se plenifica fora de uma perspectiva essencialmente humanitária, e chama a participação externa à Universidade para compor com esta um diálogo contínuo entre os conhecimentos acadêmicos e extra-acadêmicos, assegurando o museu universitário como um espaço de investigação, formação profissional e inclusão.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009.** Estabelece o estatuto dos Museus. Diário Oficial [da]República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15/01/2009.

BRASIL. PNH. **Política Nacional de Humanização.** Brasília (DF): 2013. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs/humanizacao. Acesso em 10/07/2015.

FRANCO, T.B.; BUENO, W. S.; MEHRY, E.E. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim. MG, Brasil. **Cad. de Saúde Pública.** V. 15, n.2: 1999, p. 345-353.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em 10/01/2015.